

# Artigo 15 do Código Penal Militar: O Conceito de Tempo de Guerra e Seus Profundos Reflexos no Direito Penal Militar

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 3, 2026



## Introdução

O **Código Penal Militar**, instituído pelo **Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969**, ocupa posição estratégica no ordenamento jurídico brasileiro, pois disciplina condutas, responsabilidades e consequências penais aplicáveis às Forças Armadas e, em determinadas hipóteses, a civis. Dentro desse sistema normativo próprio, alguns conceitos assumem relevância máxima, sendo verdadeiros **marcos de alteração do regime jurídico penal**. Um deles é o **tempo de guerra**, disciplinado de forma objetiva pelo **artigo 15 do Código Penal Militar**.

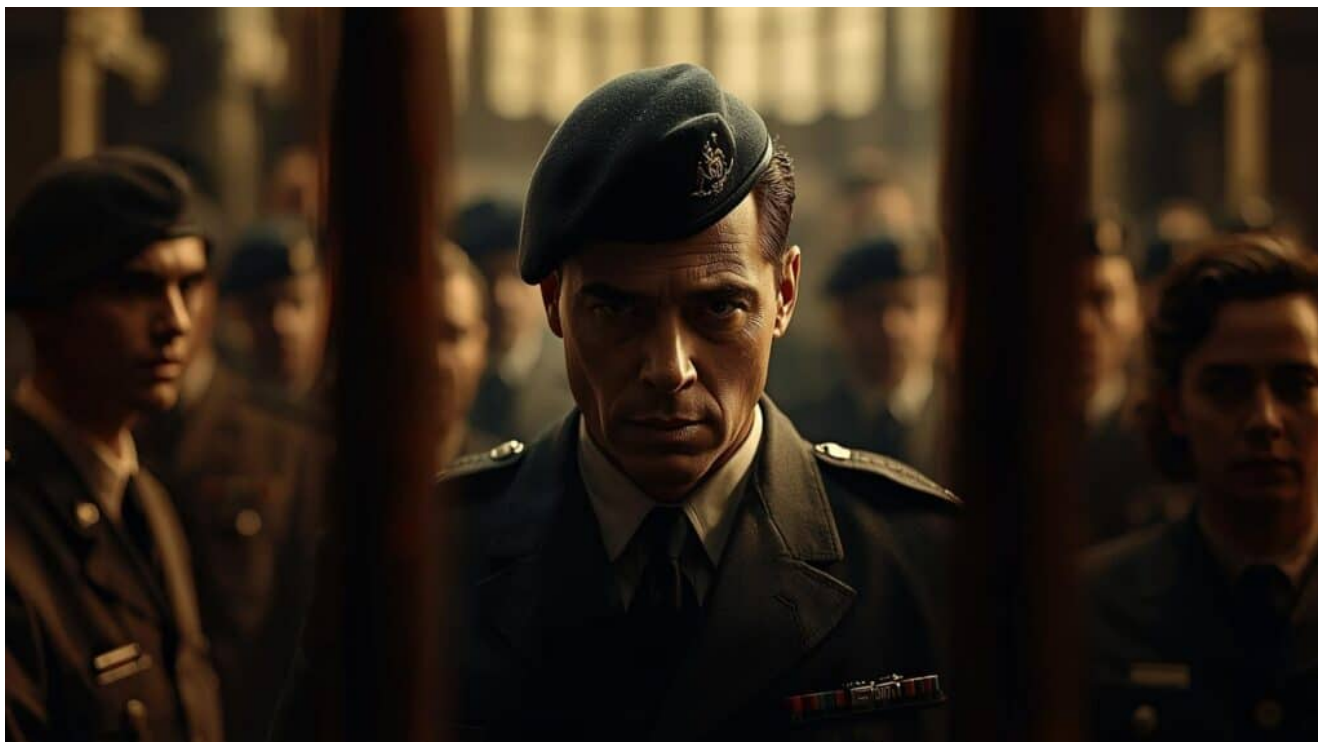
A definição legal de tempo de guerra não é meramente conceitual ou histórica. Ao contrário, trata-se de um **elemento estruturante** que influencia diretamente:

- a tipificação de crimes;
- o agravamento de penas;
- a ampliação da competência da Justiça Militar;

- a incidência de normas excepcionais;
- e a própria interpretação constitucional do uso legítimo da força armada pelo Estado.

Em um cenário internacional cada vez mais instável, marcado por conflitos armados, tensões diplomáticas, operações de garantia da lei e da ordem (GLO) e missões de paz, compreender **quando se inicia e quando se encerra o tempo de guerra** é essencial não apenas para militares, mas também para advogados, operadores do Direito, pesquisadores e cidadãos interessados na defesa do Estado Democrático de Direito.

É exatamente esse o objetivo deste artigo: **analisar de forma profunda, clara e acessível o artigo 15 do Código Penal Militar**, explicando seu alcance jurídico, suas implicações práticas e sua importância dentro do sistema penal militar brasileiro.



# Texto Legal do Artigo 15 do Código Penal Militar

*Art. 15. O tempo de guerra, para os efeitos da aplicação da lei penal militar, começa com a declaração ou o reconhecimento do estado de guerra, ou com o decreto de mobilização se nêle estiver compreendido aquêlê reconhecimento; e termina quando ordenada a cessação das hostilidades.*

Essa redação, aparentemente simples, carrega uma **densidade jurídica significativa**, exigindo interpretação sistemática, constitucional e teleológica.

---

## O Que é o “Tempo de Guerra” no Direito Penal Militar?

No âmbito do [Direito Penal Militar](#), o tempo de guerra é uma **situação jurídica excepcional**, formalmente reconhecida pelo Estado brasileiro, que autoriza a aplicação de um regime penal mais rigoroso, em razão da necessidade de preservação da soberania nacional, da hierarquia, da disciplina e da própria existência do Estado.

Diferentemente do senso comum, **tempo de guerra não se confunde com conflito armado isolado, crise diplomática ou operações militares internas**. Ele exige **ato formal do poder estatal**, conforme prevê o próprio artigo 15.

---

# Início do Tempo de Guerra: Hipóteses Legais

O artigo 15 estabelece três formas jurídicas de início do tempo de guerra:

## 1. Declaração do Estado de Guerra

A declaração formal do estado de guerra é um ato político-jurídico de extrema gravidade, normalmente realizado pelo Chefe do Poder Executivo, com autorização do Congresso Nacional, nos termos da Constituição Federal.

Esse ato:

- reconhece oficialmente a existência de conflito armado internacional;
  - ativa normas excepcionais do Direito Interno;
  - e legitima a aplicação integral das normas penais militares em tempo de guerra.
- 

## 2. Reconhecimento do Estado de Guerra

Mesmo na ausência de uma declaração formal, o Brasil pode **reconhecer juridicamente um estado de guerra**, seja por adesão a tratados internacionais, seja por atos diplomáticos ou normativos que confirmem a situação beligerante.

Esse reconhecimento possui os mesmos efeitos práticos da declaração formal, inclusive no campo penal.

---

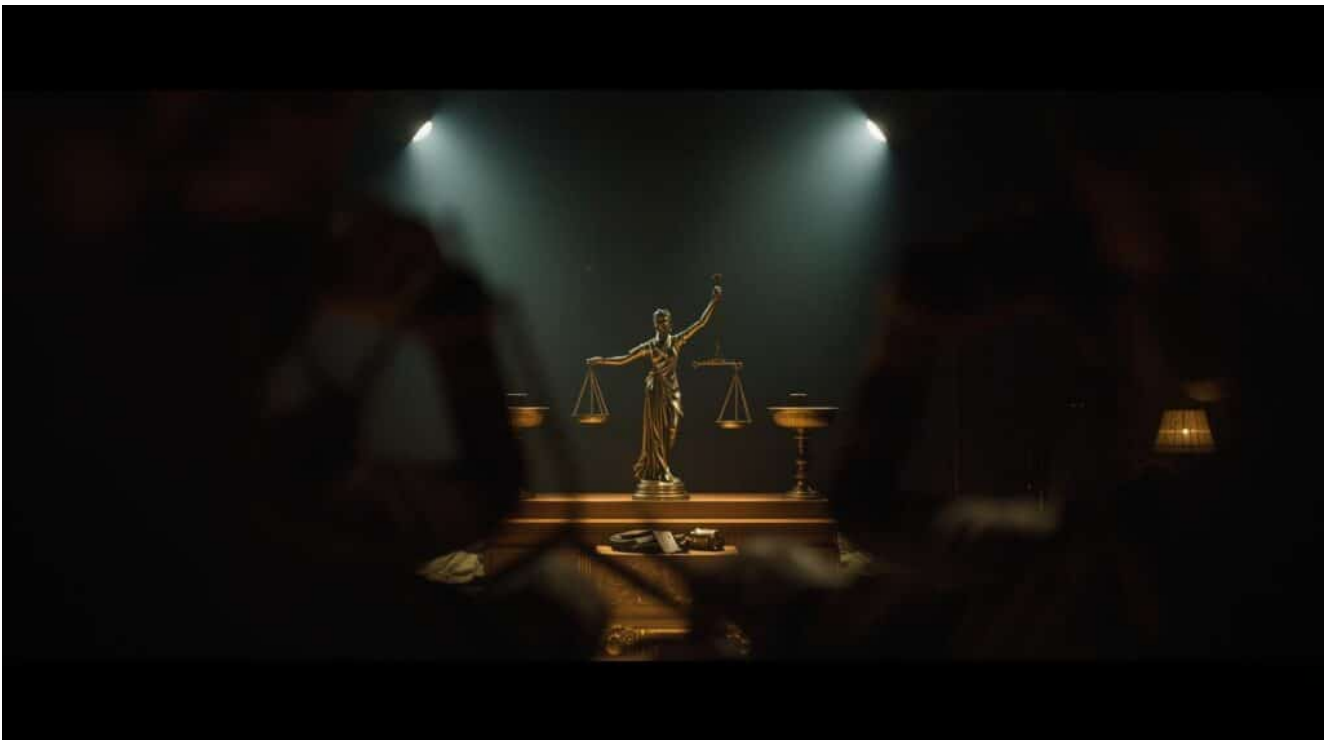
### 3. Decreto de Mobilização

O decreto de mobilização é uma medida estratégica que convoca recursos humanos, materiais e institucionais para a defesa nacional. Caso esse decreto **contenha o reconhecimento do estado de guerra**, ele também marca o início do tempo de guerra para fins penais.

Aqui, o legislador demonstra sensibilidade prática, evitando lacunas normativas em cenários de rápida escalada de conflitos.

---

### Término do Tempo de Guerra: Cessação das Hostilidades



O tempo de guerra **não se encerra automaticamente com o fim dos combates de fato**. O artigo 15 é claro ao afirmar que ele termina **quando ordenada a cessação das hostilidades**.

Isso significa que:

- o encerramento depende de ato formal do Estado;
- enquanto não houver ordem oficial, permanece vigente o regime penal de guerra;
- crimes praticados nesse intervalo continuam sendo analisados sob a ótica do tempo de guerra.

Esse detalhe é fundamental para a segurança jurídica e para a correta aplicação da lei penal militar.

---

## Diferença Entre Tempo de Paz e Tempo de Guerra no CPM

A distinção entre tempo de paz e tempo de guerra no Código Penal Militar não é meramente terminológica. Ela gera **efeitos concretos**, como:

- criação de crimes exclusivamente militares em tempo de guerra;
- aumento significativo de penas;
- aplicação de tipos penais mais severos;
- ampliação da jurisdição militar;
- restrição de certas garantias processuais, sempre dentro dos limites constitucionais.

Diversos dispositivos do CPM fazem referência expressa ao tempo de guerra, reforçando sua centralidade no sistema penal militar.

---

# Impactos do Tempo de Guerra na Tipificação Penal

Durante o tempo de guerra:

- condutas que seriam irrelevantes ou menos graves em tempo de paz tornam-se crimes severos;
- a desobediência, a insubordinação e a traição assumem gravidade máxima;
- a proteção da hierarquia e da disciplina passa a ser um valor jurídico ainda mais intenso.

O legislador reconhece que, em cenário de guerra, **qualquer quebra da estrutura militar pode comprometer vidas, missões e a própria soberania nacional.**

---

## Tempo de Guerra e a Constituição Federal

A Constituição de 1988, embora tenha fortalecido direitos e garantias fundamentais, **não afastou a validade do regime penal militar em tempo de guerra.**

Pelo contrário:

- reconheceu a Justiça Militar;
- manteve a disciplina e a hierarquia como pilares das Forças Armadas;
- autorizou regimes jurídicos excepcionais em situações extremas.

Assim, o artigo 15 do CPM deve ser interpretado **em harmonia**

com a Constituição, nunca como norma isolada.

---

## A Importância do Artigo 15 Para a Advocacia Criminal Militar

Para a **advocacia criminal militar**, compreender o conceito de tempo de guerra é absolutamente indispensável. Um erro na identificação do regime aplicável pode:

- alterar completamente a tipificação penal;
- modificar a pena;
- mudar a competência do juízo;
- comprometer a estratégia defensiva.

□ Para saber mais sobre os serviços de advocacia criminal militar, visite nossa página dedicada no site [ademilsoncs.adv.br](http://ademilsoncs.adv.br), onde você encontra atendimento especializado e conteúdo jurídico aprofundado.

---

## Tempo de Guerra e a Justiça Militar





A Justiça Militar da União exerce papel central durante o tempo de guerra, sendo responsável por:

- julgar crimes militares definidos em lei;
- assegurar a aplicação correta das normas excepcionais;
- equilibrar rigor disciplinar e garantias fundamentais.

O artigo 15 funciona como **porta de entrada normativa** para esse regime diferenciado.

---

## **FAQ – Perguntas Frequentes Sobre o Tempo de Guerra no Código Penal Militar**

### **1. Tempo de guerra exige conflito armado internacional?**

Sim. O tempo de guerra pressupõe conflito reconhecido

formalmente pelo Estado, não se confundindo com operações internas ou crises políticas.

## **2. Operações de GL0 caracterizam tempo de guerra?**

Não. Operações de Garantia da Lei e da Ordem ocorrem em tempo de paz, salvo se houver declaração formal de guerra.

## **3. O decreto de mobilização sempre inicia o tempo de guerra?**

Somente se nele estiver compreendido o reconhecimento do estado de guerra, conforme o artigo 15.

## **4. O tempo de guerra termina automaticamente com o fim dos combates?**

Não. Ele termina apenas quando ordenada oficialmente a cessação das hostilidades.

## **5. Civis podem ser julgados por crimes militares em tempo de guerra?**

Sim, em hipóteses específicas previstas em lei, especialmente quando atentam contra a segurança nacional.

## **6. As penas são mais severas em tempo de guerra?**

Sim. O CPM prevê agravamento e tipos penais próprios para esse período.

## **7. O artigo 15 ainda é atual?**

Sim. Apesar de editado em 1969, continua plenamente vigente e compatível com a Constituição.

## **8. Existe controle judicial sobre o reconhecimento do tempo de guerra?**

Sim. Atos estatais estão sujeitos ao controle de constitucionalidade.

## **9. O tempo de guerra afeta direitos fundamentais?**

Pode haver restrições, mas sempre dentro dos limites constitucionais.

## **10. A advocacia militar é essencial nesse contexto?**

Absolutamente. A complexidade do regime exige atuação técnica especializada.

---

## **Considerações Finais**

O artigo 15 do Código Penal Militar não é um simples dispositivo conceitual. Ele define o **marco jurídico que transforma completamente a aplicação da lei penal militar**, influenciando crimes, penas, competências e garantias.

Compreender o tempo de guerra é compreender **a lógica excepcional do Direito Penal Militar**, sempre orientada pela proteção da soberania nacional, da hierarquia, da disciplina e do próprio Estado Democrático de Direito.

☐ Acompanhe análises, artigos e atualizações sobre Direito Penal Militar também na página oficial do Dr. Ademilson Carvalho no Facebook, onde o debate jurídico é constante e aprofundado:

☐ <https://www.facebook.com/Prof.Ademilsoncs/>